

SESSÕES DO PLENÁRIO

24ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de abril de 2011.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES “3º SECRETÁRIO”

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Maria Del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Registro a presença de 56 Srs. Deputados. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Requerimento. (lê) “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº18.637/2010 e o Projeto de Lei 18.910/2010, todos de autoria do Poder Executivo. Sala das Sessões, 05 de abril de 2011.*”

O Requerimento contém mais de 21 assinaturas. Portanto, está convocada uma sessão extraordinária para 2 minutos após o término desta sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Fátima Nunes, comunicando sua ausência das sessões nos dias 01, 02 e 03/03/2011, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Da Dep. Graça Pimenta, comunicando sua ausência da sessão no dia 24/03/2011, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Presidente da Câmara Municipal de Paulo Afonso, Vereador Regivaldo da Silva, dando conhecimento das Moções de Aplausos ao Senhor Silvano Ragno, Superintendente de Energia e Comunicação do SEINFRA e ao senhor Otto Alencar, pela investidura no cargo de Secretário de Infraestrutura da Bahia, de autoria do Vereador Edson Maciel.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a *Tribuna da Bahia* de hoje, deputado Carlos Geilson. (lê) “*Economistas preveem a inflação acima de 6%.*” Eles estão sendo econômicos ainda com a inflação, eles não estão indo a supermercados, nem às compras, não estão vendo a repercussão dos aumentos dos combustíveis. Quero dizer aos senhores que não demorará mais dez dias para a gasolina bater a casa dos R\$ 3,00, suplantando a casa dos R\$ 3,00 por litro.

Ainda segunda-feira, a BR aumentou o preço da gasolina em mais de 5% e os empresários da revenda deverão repassar, com certeza, em breves dias, esse aumento nas bombas para o consumidor. E mais, na *Tribuna da Bahia*. (lê) “Brasileiro está preocupado em manter o emprego.” A preocupação já atinge, deputado Geilson, o otimismo do consumidor, que está em queda. É o que revela a pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, que mostra que o número de brasileiros que acreditam no aumento dos empregos passou de 35%.

Tudo isso fruto de uma política econômica do governo que não existe. Quero saber qual é a política econômica desse governo! Na verdade, essa política econômica atual, se falir, não será a política econômica do PT. Vamos ouvir esse discurso aqui no futuro, na hora da falência dessa política econômica, os próceres do PT e do governo virão para aqui dizer: “Nós vamos lançar um plano nosso, do PT, porque esse plano que está aí era um plano dos neoliberais, de Fernando Henrique. A questão é essa, a dívida maldita! Estão-se beneficiando desse plano econômico por não terem um, por não disporem de um projeto de plano econômico.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, trago a esta Casa a minha preocupação, hoje, com o movimento encetado pelos médicos em protesto contra as operadoras dos planos de saúde em razão da tabela de remuneração praticada por elas.

Quero dizer, deputado Reinaldo Braga, meu colega médico, que não tenho espírito de corpo, não sou corporativista. Acho que o Ministério Público precisa ficar atento a essa movimentação, que é legítima, porque não se pode perder de vista quem será alcançado por essa greve, mesmo que relâmpago. Será aquele que alimenta o sistema, que paga o plano de saúde que tem sido, a cada ano, reajustado bastante acima da inflação.

Se as operadoras não têm repassado esse aumento para a tabela de remuneração ao serviço médico, não é um problema do consumidor, é um problema das agências reguladoras. Mas essas agências viraram cabides de emprego.

No caso da Bahia, por exemplo, a Agerba está ilegal. Depois iremos dissecar esse assunto aqui.

Mas a minha preocupação é: o Sistema Único de Saúde - SUS está mal, a saúde privada está mal, as emergências nos hospitais estão mal! E a demanda é grande nos gabinetes dos deputados, pedindo intervenção política, e não vejo a Secretaria da Saúde se posicionar, não vejo o governador se posicionar, não vejo a Bancada de sustentação ao governo se posicionar. E também não vejo, Sr. Presidente, o Ministério Público, que é o advogado da sociedade, manifestar-se em defesa dos interesses dessa sociedade, de quem ele diz ser o patrono.

Sr. Presidente, muito obrigado por sua tolerância. Voltaremos a esta tribuna ainda no dia de hoje para tratar mais uma vez desse assunto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Solicito à deputada Luiza Maia que me substitua na Presidência enquanto faço uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, estou enviando hoje um ofício ao diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, Sr. Nelson José Hübner Moreira, condenando a solicitação feita pela Coelba de reajuste em 11,96% nas contas de energia. Considero que é um reajuste muito elevado para um serviço tão importante como a energia elétrica, um serviço essencial a que todos devem ter o direito e o acesso. Não se justifica a aplicação de um reajuste de 11,96%, ou seja, um reajuste de aproximadamente 12%. Isso porque a inflação do período foi de 5,91%. O reajuste é bem superior à inflação e vem prejudicar a população, principalmente a mais carente. Evidentemente essa solicitação vai ser analisada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - e estamos na expectativa de que essa agência reguladora não atenda ao pedido da Coelba. A energia elétrica em nosso Estado tem um preço muito alto para a população e precisamos, cada vez mais, fazer com que a população tenha acesso a ela com o mínimo possível de custo, pois ela é necessária a toda população, a todo cidadão. Por isso estamos, neste momento, fazendo um apelo ao diretor geral da Aneel, Sr. Nelson José Moreira, para que não atenda a essa solicitação da Coelba. Repito, é um reajuste bastante elevado, o

consumidor não pode aceitar, porque não pode suportar.

Eu diria que, se a Coelba insistir nesse reajuste, se a Aneel autorizar esse reajuste, vamos verificar as medidas jurídicas possíveis para ingressar com uma ação contra esse aumento abusivo. Quero deixar claro aqui que, se a Aneel autorizar esse reajuste exorbitante, vamos ver a possibilidade de ingressar na Justiça através do Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social - Iapaz - uma entidade que presido e que tem tido várias iniciativas nessa linha de defesa do consumidor. Já tivemos várias vitórias e vamos continuar nessa luta para não aceitar tanto abuso contra o consumidor.

Inclusive é importante registrar que os reajustes anteriores foram dentro do limite: em 1999 - 6,3%, em 2010 - 5,52% e deste ano não pode ser, em hipótese alguma, de quase 12%. Numa situação em que vive a população baiana, carente, e a renda do trabalhador é bastante baixa, insuficiente, em que as desigualdades sociais são gritantes, apesar de ter melhorado muito nos últimos anos, não podemos aceitar que o reajuste da Coelba seja de 11,96%.

Portanto estamos protestando contra esse reajuste, se necessário for, se possível for tecnicamente, se for mantido esse reajuste, faremos para uma apelação judicial no sentido de barrar esse abuso da Coelba contra o consumidor.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):-Concedo a palavra ao deputado Marcelino Galo por 3 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das Galerias, funcionários desta Casa, companheiros da imprensa, queria registrar que hoje está-se realizando no auditório do Centro de Treinamento da EBDA um seminário bastante importante, que conta com a participação de militantes de movimentos sociais da agricultura familiar e de técnicos da CAR e da EBDA, empresa tão essencial. Eles estão discutindo justamente a assistência técnica pública e a extensão rural no País e em nosso Estado.

Essa discussão é muito necessária para a Bahia, Estado que ainda tem 4 milhões de homens e mulheres vivendo no campo e um número expressivo de agricultores familiares.

Eles farão, amanhã, às 15h, uma manifestação no sentido de que seja criada uma frente parlamentar em defesa da assistência técnica pública, como já ocorreu no Congresso Nacional. Então convido todos os parlamentares, independentemente de partidos, aqueles que têm alguma identidade com essa luta, que compreendem a importância desse tema, para que façamos parte dessa frente parlamentar.

Por outro lado, devo dizer que tenho ouvido e visto aqui, com bastante paciência, as falas de profetas do caos, aqueles que não veem a realidade deste País. Nesse sentido, quero dizer que participamos ontem de um seminário fundamental promovido pela Fundação Perseu Abramo, órgão do Partido dos Trabalhadores que pensa a realidade deste País e elabora políticas.

Nessa oportunidade, um companheiro disse de forma bem clara que a grande

maestria que possibilitou o consenso da sociedade para os avanços econômicos que aconteceram no Brasil – País que teve no ano passado um crescimento de 7%, ou seja, um índice asiático – foi justamente a capacidade política e a liderança do PT e do nosso grande Lula, sem dúvida nenhum, o maior presidente que este País já teve. Foi a capacidade dele de construir uma maioria política. Aqui na Bahia, o seu aluno, o nosso governador Jaques Wagner, tem essa grande referência e também está fazendo isso.

Repito, foi a capacidade de construir uma maioria política, um consenso na sociedade brasileira, que nos trouxe a este período virtuoso. E destaquemos que nunca tivemos, ao mesmo tempo, tanta democracia e tanto crescimento econômico neste País, com inclusão social. Quem não vê isso nega a realidade.

O que diziam as viúvas do passado, aqueles que viveram a ditadura militar? Afirmavam que era necessário crescer o bolo para depois dividi-lo. Hoje, o bolo está crescendo e sendo dividido, com a criação de um mercado interno dos mais potentes do mundo, o que vem chamando a atenção das grandes potências. Esse é projeto fundamental da construção original de um dos maiores partidos da América Latina e do Planeta, que vem sendo construído com o trabalhador e as organizações populares.

Essa é a ferramenta que vem construindo o novo Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):-Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 05 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoal presente neste plenário, deputado Marcelino, nós estamos de comum acordo diante da necessidade de criarmos uma frente parlamentar para defender os interesses da agricultura familiar. V.Ex^a pode contar conosco neste encaminhamento, V.Ex^a está de parabéns por sua presença nas discussões que envolvem esse tema.

Mas, eu estou aqui para tratar de um assunto que diz respeito à mudança de um paradigma na política baiana, implementado no primeiro governo Wagner, que o iniciou trabalhando a dimensão de discutir o planejamento estratégico através do PPA, de modo participativo. E neste segundo governo inaugura uma nova rodada de consultas públicas, em que poderíamos ter, nos diversos territórios de identidade, as posições claras e objetivas, principalmente dos parlamentares e das suas vinculações com a sociedade civil organizada, e isso com uma possibilidade ímpar e inédita neste Estado de levar em conta toda a pluralidade da Bahia: suas vocações, suas limitações, suas possibilidades de pensar o Estado, não só para os quatro anos vindouros, mas hierarquizar políticas públicas que possam, definitivamente, alterar a qualidade de vida dos baianos para melhor. E aí, é importante a presença da própria Oposição, manifestando as suas teses, estimulando a presença daquelas parcelas da sociedade civil que porventura representem, consolidando essa mudança de paradigma, que é a discussão do PPA participativo.

Também no bojo dessa discussão reside a possibilidade de consolidar as

unidades administrativas dos territórios de identidade. É uma mudança de qualidade para pensar a Bahia, repito, com a pluralidade do seu povo, das regiões, das relações sociais, econômicas e políticas das diversas populações que compreendem o Estado da Bahia. E nós parlamentares deveremos estimular a participação, independente dos matizes ideológicos, dos que aqui representam os mais diversos rincões do território baiano.

Acredito que a boa política aponta para essa perspectiva, de um pensar a Bahia a partir dessa novidade que são os territórios de identidade, para acabarmos de vez a multiplicidade de olhares sobre as regionalizações da Dires, da Direc, do Detran e de outros órgãos como a CAR, como a ADAB, como a EBDA, uma profusão de territorialidades que precisam, definitivamente, acabar na direção do fortalecimento dos territórios de identidade.

E aí, no momento em que o governo Wagner, no seu segundo governo, traz esse chamamento para a população baiana, nós aqui nesta Casa, os deputados baianos, temos obrigação de irmos às bases, de estarmos nas discussões, trabalhando, efetivamente, com aquelas parcelas da sociedade que temos proximidade, que temos identidade, a fim de que possamos influir, positivamente, nos destinos do nosso Estado.

Então, quero aqui parabenizar o aprofundamento e a consolidação do pensar a Bahia de forma plural, traduzindo a realidade dos baianos assim como ela é.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à deputada Neusa Cadore pelo tempo de 5 minutos.

A Srª NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, Imprensa, pessoas que estão nas Galerias Paulo Jackson, servidores, está tramitando nesta Casa o Projeto de Lei nº 18.636/2010, enviado pelo Executivo, e esse projeto trata de uma temática que eu considero essencial para o fortalecimento, para a implantação do novo modelo de desenvolvimento na Bahia. O Projeto cria a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e cria o Conselho Estadual de Economia Solidária.

Amanhã, dia 06 de Abril - e eu quero aproveitar esse momento para convidar os deputados e as deputadas – nós teremos, no Plenarinho, uma audiência pública que vai debater esse tema.

Já temos a confirmação da participação da Coordenadora da Conab, nos Estados da Bahia e de Sergipe, Drª Rose Pondé; a participação do Superintendente Estadual de Economia Solidária, aqui no Estado, Dr. Helbert Oliva; do Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Dr. José Paulo Crisóstomo, de Cergio Tecchio, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado da Bahia; da Coordenadora da Rede de Produtoras da Bahia, Srª Patrícia Nascimento; também participará o Fórum Baiano de Economia Solidária, além de outras representações dos movimentos sociais.

A economia solidária é um jeito diferente de organizar a produção, o beneficiamento e a comercialização, e este novo jeito vem se configurando como uma alternativa de geração de trabalho e renda, que representa um passo importante para o processo de inclusão social. A economia solidária vem com a força de quem traz novos valores, trazendo como valores importantes a democracia, a autogestão, a participação e a construção coletiva.

De acordo com o Sistema de Informações em Economia Solidária, o Brasil já tem mais de 21.000 empreendimentos econômicos solidários, e o interessante é que metade desses empreendimentos estão justamente no Nordeste. A Bahia tem, em execução, mais de 1.600 empreendimentos dessa natureza. É um modelo de organização popular em diversas comunidades rurais e urbanas, e, sobretudo, a economia solidária, deputado Joseildo. Ela tem um espaço importante para o fortalecimento da agricultura familiar.

Então, a erradicação da pobreza, que é um compromisso central do governo da Presidenta Dilma, conta esta nova modalidade de organização, como um instrumento importante para que o Brasil continue aprofundando o projeto de inclusão e de um novo desenvolvimento.

É importante ressaltar que poucos são os Estados que já conseguiram a aprovação, que deram atenção a ter uma legislação que valorize e que fomenta a economia solidária: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Acre, Pará e Minas Gerais são Estados que já avançaram e já aprovaram suas respectivas leis.

Quero parabenizar o governador Jaques Wagner por ter enviado a esta Casa mais esse instrumento que revela um compromisso, com a ajuda de populares, esse instrumento que, mais uma vez, testemunha o compromisso com a criação, com o empenho em favorecer, na Bahia, o desenvolvimento de um novo projeto, a exemplo do que aconteceu com a Lei do Cooperativismo, com as EFAs e outras tantas proposições que passaram por esta Casa.

Então, amanhã, contamos com a presença dos senhores para que o debate possa ser enriquecido e possamos aprovar, por unanimidade, quando o projeto for colocado para votação nesta Casa.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Mário Negromonte, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, baianos das Galerias, imprensa, aqueles que nos acompanham pela *TV Assembleia*, venho à tribuna no dia de hoje para fazer uma homenagem aos municípios de Planalto e de Érico Cardoso.

Ambos fazem 49 anos de emancipação e gostaria de externar a minha admiração pelos governantes, os prefeitos Dico, do Partido Progressista de Planalto, e Dr. João Paulo, do Partido dos Trabalhadores, que têm desempenhado um papel muito importante nas suas gestões e alcançado avanços na área da educação, da

saúde, de infraestrutura, que têm tido ressonância por toda a região de Vitória da Conquista.

Gostaria de deixar registrada, Sr. Presidente, essa homenagem aos municípios, mas também a esses dois gestores, que tanto têm trazido desenvolvimento para Planalto e Érico Cardoso. Também, quero deixar registrado um abraço especial e parabenizar o prefeito Oberdan, de Barra do Choça, pela sua gestão e, sobretudo, pelas ações que tem proporcionado ao povo de Barra do Choça.

Na sexta-feira, dia 1º, foi entregue a essa cidade a creche-escola para atender a mais de 2 mil crianças, estudantes do município de Barra do Choça. Da mesma forma, foram entregues 24 casas populares, 5 *kits* de irrigação, que vão aguar 7 hectares de terra do município, além também de investimentos para o setor da piscicultura, 200 mil alevinos, em parceria com o governo federal e o governo do Estado.

Dessa forma, gostaria de deixar registrada essa congratulação que faço ao prefeito Oberdan, grande prefeito do Partido Progressista, que também contou com a presença do ministro Mário Negromonte no evento. Mas, horas antes, o ministro também esteve visitando o prefeito Guilherme, de Vitória da Conquista, terra de alguns dos deputados aqui, o deputado do PCdoB, Fabrício, Zé Raimundo, do PT, Waldenor, deputado federal, que passou por esta Casa, que muito também tem contribuído, e nessa visita, o ministro pôde conversar com a equipe do prefeito e analisar a questão da candidatura de Vitória da Conquista a sub-sede da Copa do Mundo.

Na oportunidade, o ministro também pôde ver a questão de adequação urbana para que o município, Sr. Presidente, possa ser futuramente sub-sede da Copa do Mundo.

Então, são essas as minhas palavras neste momento, aqui nesta tribuna, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes): - Concedo a palavra ao deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa aqui presente, todos das galerias, para mim é um prazer imenso mais uma vez estar aqui nesta tribuna, e gostaria de comunicar aos Srs. Deputados que a Comissão de Saúde e Saneamento aprovou um calendário de reuniões aos hospitais da nossa querida Salvador e também do interior da Bahia. Estaremos cumprindo esse cronograma de reuniões. Nós, da Comissão de Saúde, estamos colaborando para ver esses problemas resolvidos.

Sr. Presidente, dia 7 de abril comemora-se o Dia Mundial da Saúde. Vamos ter uma programação, elaborada pela Comissão de Saúde, para comemarmos esse dia. Encaminharemos o convite aos Srs. Deputados. Teremos também nessa programação, às 14 horas, a presença do doutor Jorge Solla, secretário da Saúde do Estado da Bahia. Ele vai apresentar aos Srs. Deputados o PPA, que foi apresentado ao Conselho

Estadual de Saúde. Nós, deputados, pedimos ao secretário que venha aqui mostrar esse projeto e também mostrar como se encontra a saúde hoje na Bahia. A programação começa nesta quinta-feira, às 9:30h.

Teremos como palestrantes o doutor Júlio Braga, que falará sobre a prevenção e tratamento da hipertensão; o doutor Cássio Pulgas, que falará sobre a prevenção e tratamento do câncer de próstata; a Sr^a Rita Cal, que falará sobre a promoção e prevenção da saúde através de ações de saneamento básico. À tarde teremos a apresentação do PPA pelo doutor Jorge Solla, secretário de Saúde do Estado da Bahia.

Gostaria de que os demais deputados comparecessem. Claro que temos a Comissão, mas é um momento importante para o esclarecimento de V.Ex^{as}, que têm chegado aqui a esta tribuna e falado dos problemas nos hospitais públicos. O convite foi formulado. O nosso amigo Jorge Solla, secretário de Saúde, estará aqui para tirar todas as dúvidas e também mostrar para esta Casa, como mostrou para o Conselho Estadual de Saúde, o projeto que o governo do Estado tem para melhorar a saúde na nossa querida Bahia. Haja vista que nesses primeiros 4 anos tivemos um avanço na qualidade da saúde no Estado da Bahia. Visitamos também o Hospital Roberto Santos, na semana passada, e pudemos ver a mudança que está acontecendo, bem como no Hospital Geral Clériston Andrade, na nossa querida Princesa do Sertão, onde também já há uma mudança significativa depois que o governo Jaques Wagner assumiu o Estado da Bahia.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era só isso. Agradeço a oportunidade.

Um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, senhores que estão nas Galerias, volto a esta tribuna para trazer um assunto e convidar os Srs. Deputados para dois eventos que ocorrerão nos dias 6 e 7, a serem desenvolvidos pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

Neste momento em que tragédias vêm ocorrendo no mundo, com os problemas que temos visto no Japão, no Sul do Brasil e em outros locais, surge a necessidade e a oportunidade de se fazer a discussão, o debate, sobre esse tema. E a Escola Politécnica manifesta, exatamente, o desejo de realizar esse evento tendo em vista as questões relacionadas, no caso de Salvador, com os deslizamentos de terra e os consequentes desabamentos com mortes, que (lê) “são recorrentes e mobilizam a todos os cidadãos, com demonstrações de solidariedade e apoio, gerando grande sensação de impotência.

Nas cidades brasileiras e no Estado da Bahia não acontece diferente. Como resultado dos seus processos de ocupação territorial, desenvolvimento econômico e social, essas cidades trazem situações de risco, em que a solução exige investimentos vultosos do poder público, quase sempre adiados por limitações orçamentárias, concorrendo com as demandas de saúde, educação, segurança e outras.

Recentemente, foi divulgado documento da ONU, do qual o Brasil é signatário, 'Estratégia de redução de riscos e desastres naturais - EIRD'. Um dos compromissos assumidos, deputado Joseildo, pelo Brasil como elaboração da plataforma global de redução de riscos e desastres é o fortalecimento institucional e a preparação das comunidades vulneráveis, para a convivência com estes riscos.

Diante dessa realidade e ciente do grande poder de influência das instituições acadêmicas, detentoras de conhecimento específico sobre as condições favoráveis à ocorrência desses eventos, a nossa querida Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia vem oferecer a oportunidade de diálogos e debates entre representantes das diversas áreas da sociedade que, juntos, poderão reduzir os danos, na maioria das vezes irreparáveis e transformando, assim, nossas cidades, deixando-as mais seguras e as comunidades, mais protegidas.”

Teremos então dois eventos: no dia 6, uma mesa-redonda cujo tema será “Ações Preventivas e Emergenciais em Situações de Tragédia de Escorregamento”. O tema será amplo porque teremos diversos painéis com debatedores especialistas nessas áreas. Será realizada na Escola Politécnica, entre as 8 da manhã e as 17 horas, com a presença, como disse, de diversos especialistas. No dia 7, teremos no salão nobre do Palácio da Reitoria da Universidade Federal outro painel cujo tema será “Área de Risco de Deslizamento, Identificações, Responsabilidades; o que fazer?” Nessa estão convidados, Sr^{as} e Srs. Deputados, a academia e as associações, a Universidade, a Universidade de Feira de Santana também está sendo convidada, o Crea, também pelos legisladores estão convidados a Câmara de Vereadores de Salvador e esta Assembleia Legislativa; tive o privilégio de ser convidada pela Universidade e pela Escola Politécnica para fazer parte desse debate; pelo Executivo, a Codesal da Prefeitura de Salvador, o Ministério das Cidades, a Secretaria de Planejamento; a presença também nesse painel da imprensa, da rádio, da televisão, do Ministério Público estadual e das lideranças comunitárias da cidade. E as perguntas, Srs. Deputados, com a sua tolerância, Sr. Presidente, seriam sempre para que pudéssemos identificar qual é o problema, quais são as responsabilidades de cada setor, de cada área e o que fazer para enfrentar problemas tão graves nas áreas de deslizamento e tentar buscar alternativas para corrigi-los.

Portanto, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, todos estão convidados para participar dessa discussão e desse debate que, com certeza, permitirá a proteção de muitas vidas e evitará o choro por novo deslizamento, como acontece periodicamente em nossa belíssima cidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):-Grande Expediente.

Não há orador no Grande Expediente.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero que V.Ex^a faça a apuração do quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, quero, através da questão de ordem, lembrar a V.Ex^a que foi indicado já o orador para o Grande Expediente e foi avisado a V.Ex^a, a Secretaria da Mesa avisou que não havia orador inscrito. É verdade, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Correto. Não há orador no Grande Expediente. Agora, é uma questão de ordem de verificação de quórum.

O Sr. Targino Machado:- Não tenho nenhuma objeção, quando o nobre deputado Zé Neto pediu...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):-Deputado, vou esclarecer aqui, como Mesa, de forma isenta. É o seguinte: a solicitação de verificação de quórum se deu após a chamada do orador do Grande Expediente, que não havia.

Portanto, esse Grande Expediente não será transferido, perdeu, hoje não teve orador. É um esclarecimento da Mesa porque foi solicitado o Grande Expediente, não havia orador, então esse Grande Expediente perdeu, não será transferido,essa é a decisão da Mesa.

Portanto, informo que não há quórum para a continuidade da presente sessão. Declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*